

Gottfried Brakemeier

A autoridade da Bíblia
Controvérsias - Significado - Fundamento

2ª edição

Sinodal

EST

Prefácio

Falar da autoridade da Bíblia é pisar em terreno acidentado. Está coberto de pedras de tropeço, desníveis, buracos. Pode causar tombos. Pois o assunto é polêmico. Não que a autoridade da Bíblia seja questionada. Na cristandade, ou seja no conjunto das Igrejas e das pessoas cristãs em todo o mundo, exerce a indiscutível função de Sagrada Escritura. Nisto há unanimidade. O dissenso aparece tão logo se pede explicação sobre o significado e as implicações dessa autoridade. As maneiras de entender variam. Não raro conflitam e produzem divisões. Exigem a discussão e a busca de consenso.

A tarefa é impostergável. Pois a Bíblia está sendo usada. Não pode haver moratória bíblica na cristandade. Cabe à Igreja de Jesus Cristo a responsabilidade para o uso condizente desse livro e a resistência contra o abuso. A Bíblia é dom a ser administrado com o devido zelo. Para tanto importa conhecer a Bíblia e auscultar-lhe os propósitos. Em que consiste sua natureza sagrada? É ou não é palavra de Deus? Como ler a Bíblia corretamente? A cristandade deve dar resposta e justificar seu discurso.

Ela o deve fazer frente a desafios específicos e realidades em transformação. O presente estudo se insere numa reflexão em andamento desde os inícios do cânon. Pretende oferecer informação sobre a matéria e uma síntese de tendências na atualidade. Simultaneamente, porém, oferece posicionamento. Quando se trata de fé, neutralidade se torna fictícia. Preferimos assumir nosso ponto de vista, moldado pela tradição luterana e pelas afinidades com as demais Igrejas da Reforma. O horizonte maior, porém, é sempre constituído por toda a ecumene cristã, o corpo de Cristo na totalidade. A Bíblia não é propriedade particular de nenhuma denominação, embora deva ser definido o papel que se lhe atribui. Isto não de forma autoritária, excludente, e, sim, dialógica. Não se trata de operar com anátemas. A própria Bíblia o proíbe. O que importa é o argumento. É este que deve prevalecer, também e justamente quando existem dissensos.

É imensa a literatura sobre o tema e os múltiplos aspectos correlacionados. Não temos a pretensão de esgotar os recursos. As

indicações bibliográficas, contidas nas notas de rodapé, inevitavelmente permaneceram incompletas. Ainda assim, esperamos ter contemplado as obras mais representativas, oportunizando ao leitor e à leitora a possibilidade da informação adicional e da avaliação crítica das teses aqui apresentadas.

A Bíblia é um livro fantástico. Por isto, o objetivo último deste estudo não pode consistir na mera apresentação de uma visão panorâmica. A meta consiste na motivação para a leitura e a exploração da riqueza desse livro. A Bíblia não se satisfaz em ser simples objeto de estudo. Quer ser parceira ativa num processo de aprendizagem em que Deus e o mundo estão em jogo. É nosso desejo termos contribuído para tanto.

Gottfried Brakemeier

Aproveitei o lançamento da 2ª edição deste livro para algumas correções. No mais, o texto permaneceu inalterado. Agradeço ao colega Dr. Nelson Kilpp e à colega Dra. Marga J. Ströher por suas sugestões de emendas.

O autor

Capítulo I

Noções elementares

A palavra "**Bíblia**" é de origem grega e significa, em tradução literal, "livros" (2 Tm 4.13). Veio a designar aquela coleção de escritos que constituem a Sagrada Escritura da cristandade e lhe revelam a obra e a vontade de Deus¹. Trata-se, com efeito, de verdadeira biblioteca, juntando os 39, respectivamente 46 livros² da primeira parte, chamada Antigo Testamento (AT), e os 27 da segunda parte, do Novo Testamento (NT), numa só Escritura. **Ela contém o discurso fundante da fé cristã, sendo por isto a norma suprema da cristandade.** Não há comunidade cristã sem Bíblia. Trata-se, pois, de um livro "ecumênico" por excelência. Ele preserva a identidade cristã no decurso dos tempos e na variação dos lugares, das culturas e dos contextos sociais. *A Bíblia une a cristandade e lhe imprime inconfundível perfil em meio ao mundo das religiões.* Fé que se fundamenta em Jesus Cristo tem natureza bíblica. É através desses escritos que a voz de Jesus de Nazaré, do Deus Criador e do Espírito Santo chega a nós.

A Bíblia é seguramente um dos livros, senão o **livro de maior efeito histórico em todos os tempos.** Moldou culturas e determinou o espírito de povos e gerações. Encontra-se divulgado em incontáveis

¹ Para informação geral, remetemos a António M. ARTOLA; José Manuel Sánchez CARO. *Bíblia e Palavra de Deus*. Introdução ao estudo da Bíblia, v.2, São Paulo: AM edições, 1996; Joachim FISCHER. A Bíblia e a nossa vida. *Estudos Teológicos*. Ano 19, São Leopoldo: Sinodal, 1979/2, p.67-84; Kari HOHEISEL et alii. Art. "Escritura(s) Sagrada(s)". In: *Léxico das Religiões*. Hans Wadenfeis (ed.), Petrópolis: Vozes, 1998, p.179s.; Johan KONINGS. *A Bíblia, sua história e leitura: uma introdução*. Petrópolis: Vozes, 1992; Valério MANNUCCI. *Bíblia - Palavra de Deus*. Curso de Introdução à Sagrada Escritura. São Paulo: Paulinas, 1986; Carlos MESTERS. *Flor sem defesa - uma explicação da Bíblia a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1983; Hans Walter WOLFF; Jürgen MOLTSMANN. *A Bíblia - Palavra de Deus ou palavra de homens?* São Leopoldo: Sinodal, 1970; Giinter BORNKAMM. Gotteswort und Menschenwort im Neuen Testament. In: *Studien zii Antike und Urchristentuin*. Gês. Aufs. II, Munchen: Chr. Kaiser, 1959, p.223-236; Robert BRYANT. *The Bibles authority today*. Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1968; etc.

² Vide página seguinte.

exemplares e traduzido em quase todas as línguas faladas no planeta. Tinha e tem importância não só para as Igrejas e a teologia cristã. Influenciou também a filosofia, a política, a arte e outros setores da atividade humana. Supérfluo dizer que, na cristandade, é o livro mais pesquisado e estudado, muito embora o hábito da leitura esteja em lamentável declínio. A literatura sobre a Bíblia, em forma de comentários exegéticos ou de estudos históricos, é verdadeira legião. Mesmo assim, ainda não estão esgotados seus tesouros. *A Bíblia é como fonte, da qual não pára de jorrar água da vida.*

Os livros componentes da Bíblia se agrupam em blocos. Trata-se, no que diz respeito ao AT, dos livros "históricos", compreendendo Gênesis até Ester; dos livros "didáticos", abrangendo Jó até os Cantares de Salomão; e dos "proféticos" que reúnem os escritos de Isaías até Malaquias. Essa subdivisão é algo artificial, não sendo acompanhada pela comunidade judaica. Mas ela ajuda. No NT temos estrutura semelhante³. Aos quatro evangelhos segue o livro dos Atos. Relatam a história de Jesus e das primeiras comunidades. Segue o bloco das cartas. Entre elas, as da autoria do apóstolo Paulo ocupam espaço particularmente extenso. Mas também as duas cartas de Pedro e as três de João formam um conjunto à parte. O NT fecha com o Apocalipse de João, um livro que se qualifica a si mesmo como sendo profético (Ap 22.7,19).

Tanto o AT quanto o NT foram compostos para serem "**cânon**". "Cânon" é palavra derivada do hebraico e significa "vara", "régua" "medida"⁴. Serve como norma, regra. E é isto o que a Bíblia pretende ser: Palavra normativa em assuntos de fé e conduta. É bem verdade que o termo "cânon" foi aplicado ao conjunto das duas partes da Bíblia somente no século IV d.C.⁵. E, no entanto, a intenção de estabelecer normas para o discurso e a prática da Igreja está na origem do que veio a nós como Sagrada Escritura. *A Bíblia é livro "canônico", juíza e mestra de toda doutrina.* Não pode haver verdade cristã contrária aos dizeres da Bíblia. Nisto há amplo consenso na cristandade. *O cânon reúne os escritos "constitutivos" da fé cristã.*

As línguas originais desses escritos são o *hebraico*, respectivamente em algumas pequenas porções, o *aramaico* no AT, e o *grego*

³ Günter BORNKAMM. *Bíblia - Novo Testamento*. Introdução aos seus escritos no quadro da história do cristianismo primitivo. Biblioteca de Estudos Bíblicos 13, São Paulo: Paulinas, 1981,p.lis.

⁴ Veja B. P. BITTENCOURT. *O Novo Testamento - cânon, língua, texto*. São Paulo: ASTE, 1965. Este livro, embora uirapassado por novas edições do texto neotestamentário, continua instrutivo em muitas de suas porções.

⁵ Foi Atanásio, metropolita na cidade de Alexandria desde 328 e falecido em 373 d.C., quem pela primeira vez aplicou o termo "cânon" à Sagrada Escritura da cristandade.

"koiné" no NT. Hebraico e aramaico são versões, próximas, mas distintas, das línguas semíticas, parentes do antigo idioma cananeu⁶. Algo análogo vale para o grego "comum", ou seja a "koiné". Evoluiu do grego clássico, que é sua matriz, adquirindo peculiaridades próprias e tomando-se a língua universal na época em que surgiu o NT. Imprimiu ao mundo antigo o espírito e a cultura helenística. A Bíblia, pois, provém de outras culturas, passadas, *exigindo a tradução para quem busca o acesso a ela*. Traduções, porém, são "relativas", necessitando de constante verificação no original. E, já que todos os idiomas se encontram em permanente transformação, alterando o sentido de palavras e expressões, as traduções da Bíblia requerem ser periodicamente revistas e atualizadas. É claro que nenhuma tradução pode substituir a língua original, muito embora o esforço científico tenha garantido às traduções contemporâneas alto grau de qualidade.

Antes da tradução, porém, cabe à ciência bíblica **a reconstrução da versão original do texto**⁷. Pois, enquanto não havia sido descoberta a arte de imprimir livros, os textos sagrados tinham que ser copiados à mão. Apesar dos cuidados que houve por parte dos copistas, erros não puderam ser de todo evitados. São numerosos os manuscritos com textos bíblicos, integrais ou parciais, uns mais antigos, outros nem tanto. Uns foram redigidos em material perecível a exemplo dos papiros, outros em material mais resistente como o "pergaminho", ou seja em folhas confeccionadas de couro. Há citações de passagens bíblicas em vasos de cerâmica, inscrições em amuletos e outros. A pesquisa investiu enormes energias no esforço por chegar perto do teor original. O trabalho tem sido coroado de notável êxito. Hoje temos em mãos um texto que merece alto grau de confiança, tanto no que diz respeito ao Antigo Testamento, quanto ao Novo⁸.

Nessa tarefa da reconstrução da versão original foram de grande auxílio **as antigas traduções**. Já muito cedo o AT foi traduzido para o grego. Seguem-se traduções de partes da Bíblia ou de seu texto todo, incluindo o NT para a língua síria, a copta, a lati-

6 RudolfMEYER. Art. Bibel, I C. Sprache und Schriftzeichen des AT. In: *Die Religion in Geschichte und Gegenwart*, 3ª ed. v. 1, Tübingen : J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1957, col. 1126s. O aramaico também tem sido a língua materna de Jesus de Nazaré. Veja Joachim JEREMIAS. *Teologia do Novo Testamento - a pregação de Jesus*, v. 1,2. ed.. São Paulo: Paulinas, 1980, p, 16s.

7 Werner Georg KUMMEL. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 679s.; Uwe WEGNER. *Exegese do Novo Testamento - Manual de metodologia*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 2001, 2. ed., p. 39s.

8 A afirmação se apoia no juízo competente do grande especialista no assunto e co-editor do Novo Testamento grego KurtALAND. Hervorragend Überliefert. In: Hans Steinacker (Hg). *Akzente-Almanach 1992-Bibel*. Moers: Brendow - Verlag, 1991, p. 38.

na, a arménia e outras⁹. A quantidade das traduções espelha a rápida expansão da primeira cristandade pelo mundo antigo. Muitas dessas traduções são mais antigas do que algumas cópias do texto grego ou hebraico, de modo que dão testemunho de uma forma de texto anterior ao das referidas cópias. Duas traduções antigas merecem especial destaque:

1-1 A *Septuaginta* (LXX). Trata-se da mais importante tradução do AT para o grego. Ela se fazia necessária em razão do grande contingente de judeus que, já muito antes do início da nossa era, viviam na "diáspora", isto é, fora da Palestina, e não mais dominavam o hebraico. Conforme a lenda, a LXX foi "encomendada" pelo rei Ptolomeu II do Egito (285-247 a. C.) e confeccionada por um grupo de 72 sábios judaicos, do que resultou o nome Septuaginta (a Bíblia dos 70). Certo é que o lugar de origem dessa obra é Alexandria no Egito. A tradução teve início no terceiro século a. C., começando pelo Pentateuco. Levou décadas até ser concluída. Sua importância dificilmente pode ser superestimada. Abriu ao mundo helénico os tesouros da fé judaica, e tem sido a Bíblia da primeira cristandade de origem judaico-helenística ou gentílica. A LXX excede em tamanho o texto hebraico, compreendendo não 39, e, sim, 53 livros. Nas Igrejas da Reforma, os livros excedentes são chamados apócrifos.

1-1 A *Vulgata*. Trata-se da mais importante tradução da Bíblia para o latim. É predominantemente obra do antigo monge e teólogo Jerônimo (340/507-420 d. C.) que a empreendeu por solicitação do papa Dâmaso. As traduções latinas existentes na época eram precárias, exigindo profunda revisão. Para tanto, Jerônimo recorreu às línguas originais dos dois Testamentos e criou uma versão que, na Igreja latina, tomar-se-ia padrão, respectivamente "vulgarizada" (= vulgata), popular. Jerônimo quis que na delimitação do AT prevalecesse a "verdade hebraica" dos 39 livros. Mas não conseguiu impor-se. Sete livros apócrifos, traduzidos do grego e chamados também de dêutero-canônicos, permaneceram incluídos no texto latino da Bíblia.

Antes da Reforma do século XVI poucas foram as **tentativas de traduzir a Bíblia para o vernáculo**. Em teologia e culto prevalecia o latim como língua oficial e sagrada. Somente a invenção da imprensa, no século XV, oportunizaria a "popularização". Da mesma

⁹ Além da obra já citada de Werner Georg KÜMMEL. op.cit., p.694s., informa sobre o assunto Barbara ALAND. Art. Bibelübersetzungen. In: *Evangelisches Kirchenlexikon*. Göttingen: Vandenhoeck, v.1, 3.ed., 1986, col. p.478-487.

forma tinha que ser superada certa resistência à educação do povo em assuntos religiosos por parte do clero. Conseqüentemente, a tradução da Bíblia por Martim Lutero significou um passo programático em direção à "educação popular". O exemplo de Lutero inspirou imitadores em todos os países da Europa, e muito além deles.

O estímulo da Reforma também se encontra na origem da **tradução da Bíblia para o português**¹⁰. Aliás, já no século XIII o rei de Portugal, D. Dinis, havia traduzido ele mesmo, poeta que era, os primeiros vinte capítulos do livro de Génesis. No século XV, D. João I determinou a tradução dos Evangelhos, do livro dos Atos e das Epístolas Paulinas para o português. Seguiram algumas iniciativas semelhantes, mas sem maior relevância. O protagonista mesmo seria o pastor protestante João Ferreira de Almeida (1628-1691). Traduziu todo o Novo Testamento e grande parte do Antigo. Português de nascimento, J. F. de Almeida, tomou-se pastor da Igreja Reformada, atuando na Batávia, na ilha de Java, então colônia holandesa. *Foi na hoje chamada Indonésia que surgiu a primeira edição portuguesa do NT*. Almeida morreu antes de terminar a tradução do AT. Chegou até o profeta Ezequiel. A obra foi completada e publicada somente em 1753. Seguiu a Almeida, um século depois, a tradução do católico António Pereira de Figueiredo (1725-1797). Havia iniciado o interesse em boas traduções da Sagrada Escritura na cristandade.

Existe hoje um número relativamente alto de traduções portuguesas da Bíblia. A de Almeida continua em uso nas Igrejas protestantes. Mas passou por numerosas revisões¹¹. Elas a melhoraram e produziram um texto de ótima qualidade. Algo semelhante vale para traduções católicas, a exemplo da "Bíblia de Jerusalém", a "Edição Pastoral da Bíblia", completa desde 1990, ou a "Bíblia Sagrada" em tradução brasileira diretamente dos textos originais. Ampla divulgação tem a "Bíblia na Linguagem de Hoje", editada pela Sociedade Bíblica do Brasil. Sejam mencionadas, enfim, a "Bíblia Sagrada - Nova Versão Internacional" que é uma iniciativa protestante¹², bem como a "Tradução Ecuménica da Bíblia", adaptada de uma versão francesa. Existem mais outras edições. Mesmo assim, a despeito de tantos textos à escolha, o esforço por atualização não deve parar pelos motivos indicados acima.

10 Voltamos a remeter a B. P. BITTENCOURT. *O Novo Testamento - cânon, língua, texto*. São Paulo: ASTE, 1965, p.205s., bem como a Johan KONINGS. *A palma se fez livro*. São Paulo: Loyola, 1999, p.16s.

11 Informa sobre isto a Sociedade Bíblica do Brasil, uma das muitas organizações deste género em todo o mundo, cuidando da divulgação da Sagrada Escritura. Veja o site www.sbb.org.br, bem como a revista desta entidade "A Bíblia no Brasil".

12 Ótimas informações sobre esse lançamento, bem como sobre a arte da tradução como tal, em Luiz SAYAO. *NVI-A Bíblia do século 21*. São Paulo: Vida Nova, 2001.

Capítulo 2

Controvérsias em torno da Bíblia

A Igreja cristã compartilha parte da Bíblia com o povo judeu.

O que nós chamamos Antigo Testamento é, em sua versão hebraica, essencialmente idêntico à Sagrada Escritura judaica. Mas há diferenças¹³. À "tora" (= lei), ou seja, ao Pentateuco, seguem no judaísmo os "profetas", sendo que os "escritos" constituem o último bloco. Já a Septuaginta havia transposto os profetas para a parte final do AT, e isso de maneira consciente: Ela faz o livro sagrado encerrar com o anúncio escatológico dos escritos proféticos. A nova sequência se ajusta maravilhosamente às convicções da cristandade que enxerga em Jesus o cumprimento das profecias. Esse bloco, pois, conduz como que naturalmente do Antigo Testamento ao Novo. Ademais, a comunidade judaica distingue entre "profetas anteriores" e "profetas posteriores". Os anteriores reúnem os livros de Josué até 2 Reis. A conceituação parece estranha, pois estes livros possuem caráter antes histórico. Verdade é que eles contêm, entre outros, a história de profetas, a exemplo de Elias, Eliseu e Nata. Mas a explicação é outra: A autoria desses livros era atribuída a profetas. Enquanto isso, os "profetas posteriores" compilam as obras propriamente proféticas, transmitidas sob os nomes de Isaías, Jeremias, Amos e seus congêneres. Sob "escritos", enfim, entendem-se os salmos, os provérbios, Rute e os demais. Os dois livros de Crônicas, bem como o livro de Daniel fazem parte desses "escritos", ocupando, pois, lugar diferente na Bíblia judaica.

F

Aliás, esta nem é chamada "Bíblia", e, sim, "Tenak". As letras combinam as iniciais de "tora" (a lei), "nebiim" (profetas) e "ktubim" (escritos), do que resulta "TNK". Nesse conjunto, a "tora" representa a porção mais importante, à qual os demais livros não se igualam em valor. E, no entanto, a Sagrada Escritura judaica, em sua substância, é idêntica à primeira parte da Bíblia cristã. *O que distingue a Igreja*

¹³ ArnulfBAUMANN(Hg). *Was jeder vom Judentum wissen muss*. Gütersloh: Gütersioher Verlagshaus, 1983, p.130s.

do povo de Israel é a afirmação que a promessa de uma nova aliança, ou seja, de um Novo Testamento, anunciado no próprio AT (Jr 31.31; Ez 34.25), tem-se cumprido em Jesus Cristo (1 Co 11.25; 2 Co 3.6). Daí porque se fala no Antigo Testamento. O NT não anula o AT. Antes lhe acrescenta um novo capítulo.

A perspectiva cristã naturalmente altera a leitura da primeira parte da Bíblia. Se o Novo Testamento passa a ser a chave hermenêutica do Antigo, necessariamente vão surgir *diferenças na interpretação desses textos* entre judeus e cristãos¹⁴. Simultaneamente, porém, *a leitura conjunta vai revelar as raízes comuns, o patrimônio espiritual conjunto, a proximidade da fé cristã à fé judaica*. É errôneo, assim entendemos, descobrir na interpretação cristã do AT um ato de desapropriação do judaísmo. Pois Israel continua lendo estes escritos à sua maneira. Por isto não se pode dizer que a cristandade "roubou" a Sagrada Escritura do povo judaico. Ela segue pistas interpretativas do próprio Jesus. Não expropriação, e, sim, partilha da mesma história sob ótica diferente é que deve caracterizar a relação entre ambas as comunidades.

Por isto mesmo **não há como concordar com a "re-designação" do AT**¹⁵. Há quem defenda tal projeto. Visto que o judaísmo não admite um Novo Testamento, o respeito exigiria suprimir o termo Antigo Testamento. Sugeriu-se como substituto a designação "Bíblia hebraica", admitida pela comunidade judaica. Mas também neste caso se trata de uma conceituação cristã, aliás, em razão das passagens aramaicas nem mesmo totalmente correia. Ela está em uso, não obstante. O mesmo vale para a sugestão de chamar essa parte "Primeiro Testamento". O judaísmo não fala em "Testamento". Portanto, não há nome comum judaico/cristão para o Antigo Testamento. Em seu conteúdo, o livro é o mesmo. Mas o significado que se lhe dá é outro. Então, sugerimos concordar com que cada comunidade permaneça com a sua visão. Sejam gratos pelas convergências que nos são possíveis e permaneçamos em discussão sobre a questão cristológica. No momento em que nela houver consenso, estará resolvida também a pergunta pelo nome exato dessa parte da Bíblia.

14 A pergunta pela hermenêutica do AT desencadeou verdadeira avalanche de literatura. Remetemos tão-somente a Gerhard von Rad. *Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo: ASTE, 1974, v.2, p.356s.; Claus WESTERMANN et alii. *Probleme aittestamentiicher Hermeneutik*. Theologische Bucherei, v. 11; Munchen: Chr. Kaiser, 1960; Jacir de Freitas FARIA et alii. *Leitura judaica e releitura da Bíblia. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Ano 40, Petrópolis: Vozes, 2001/3.

15 Assim enfaticamente Jiirgen MOLTMANN. *Neue Namen flir das Alte Testament*. In: *Evangelische Kommentare*, Stuttgart, 1997/8, p.482.

Mas também a cristandade não compartilha exatamente do mesmo cânon bíblico. **Há uma diferença entre a Bíblia católica e a protestante.** Seja desconsiderada a transposição da carta aos Hebreus e da carta de Tiago por Lutero. Por julgá-las inferiores em qualidade teológica, transferiu-as para o final do cânon, juntamente com a carta de Judas e o livro do Apocalipse. Trata-se de uma alteração de sequência somente. Mas ela é arbitrária e não está sendo acompanhada por outras traduções protestantes, incluindo a de Almeida. Isto significa que a parte neotestamentária é igual para protestantes e católicos. A diferença diz respeito ao AT. Lutero, ao traduzi-lo, recorreu ao texto hebraico, ou seja, à língua original. Enquanto isto, o Concílio de Trento (1545-1563) oficializou a tradução latina da Vulgata, que inclui os já mencionados sete livros apócrifos, respectivamente deuterocanônicos, constantes originalmente na Septuaginta. São eles os livros de Judite (Jt), Tobias (Tb), Sabedoria de Salomão (Sb), Jesus Siraque ou também Eclesiástico (Eclo), os dois livros dos Macabeus (1/2 Mc) e Baruque (Br). O AT católico, pois, possui sete livros a mais do que a Bíblia protestante. Lutero considerou estes livros e os demais apócrifos úteis para a leitura, embora não equivalentes em autoridade. Ademais, a sequência de alguns Salmos é outra na Vulgata e na Bíblia hebraica¹⁶. Também nas *Igrejas Ortodoxas* os apócrifos estão incluídos no AT. Elas adotaram como texto oficial o da Septuaginta, isto é, a Bíblia da primeira cristandade grega. E bom estar ciente dessas diferenças. E, no entanto, elas não constituem nenhum problema ecumênico. Hoje é natural que as traduções e as interpretações recorram aos idiomas originais dos testamentos. A diferença do número de livros no AT não tem força para dividir o corpo de Cristo. Jesus usava o AT hebraico, a comunidade helenística o AT grego, sem que nisto se visse um conflito.

Bem mais importante é a pergunta pela **interpretação da Bíblia**. Nessa questão registram-se fortes divergências não somente entre a Sinagoga e a Igreja. Elas existem na própria cristandade, entre as Igrejas, bem como em grupos nas mesmas¹⁷. Trata-se de um fenômeno transconfessional. *A, Bíblia é um livro pluriforme, polifônico*. Foi feito em "mutirão"¹⁸, incorporando depoimentos de

16 Esta apresenta diferenças com relação à Bíblia cristã também na contagem dos livros. Veja, além da literatura já indicada, Ricardo PIETROANTONIO. *Itinerário Bíblico*, v I, Buenos Aires: Aurora, 1985, p. 17s.

17 Cf., entre outros, Moisés SILVA. Abordagens contemporâneas na interpretação bíblica. *Fides Reformata*, v. IV, n. 2, São Paulo: Centro Presbiteriano, 1999, p. 135-154; Anton VÖGTLE. Que significa "interpretación de la Escritura"? In: Franz Mussner et alii. *La interpretación de la Biblia*. Barcelona: Herder, 1970, p. 27-72; Hans K. ÜNG; Jürgen MOLTSMANN (ed.). A Bíblia no conflito das interpretações: In: *Concilium*, n. 158, Petrópolis: Vozes, 1980.

18 Assim Carlos MESTERS. *Bíblia- livro feito em mutirão*. São Paulo: Paulinas, 1986, 10. ed.

diversos séculos. As vozes que nela se manifestam nem sempre harmonizam. É um livro histórico, venerando e respeitável, mas proveniente de outras épocas. Certamente, a Bíblia ainda hoje se comunica de maneira imediata. Entretanto, em não poucas partes demanda especial esforço para ser compreendida. A **Bíblia necessita de "hermenêutica", de regras de interpretação**¹⁹. Sem estas corre o risco de ser mal-entendida e, pior, de ser abusada e manipulada. *A Bíblia não só une a cristandade. Também a divide*. Pois, embora o texto seja o mesmo, as maneiras de entender podem colidir.

Como livro antigo, a Bíblia está sujeita à dúvida quanto à **confiabilidade histórica**. Ela foi escrita em épocas "*pré-científicas*", distantes do espírito crítico da modernidade. Confronta com a pergunta: O que devo crer? Como entender os numerosos milagres de que a Bíblia não se cansa de falar? A passagem do povo de Israel pelo mar quando da saída do Egito (Ex 14.22s.), a multiplicação de cinco pães e dois peixes por Jesus a ponto de saciar cinco mil pessoas (Mc 6.30s.), a própria ressurreição de Jesus dos mortos (Jo 20. 1 s.), são estes apenas alguns dos relatos bíblicos destoantes da experiência das pessoas no século XXI. A Bíblia desafia a razão moderna. Será verdade o que transmite? A pergunta exige resposta convincente.

Da mesma forma se pergunta pela **normatividade da Bíblia**. Em que consiste? Qual é o dia de descanso a ser obedecido? Será o sábado (Êx 20.8s.) ou o domingo (At 1.10)? Há Igrejas que vetam a ordenação à mulher com recurso a passagens bíblicas (I Co 14.33s.; etc.), enquanto outras a defendem, recorrendo igualmente à Escritura (Gl 3.28). Quem está certo? As autoridades estatais, elas foram instituídas por Deus (Rm 13. 1 s.) ou se assemelham à besta satânica do livro do Apocalipse (Ap 13. 1 s.)? A Bíblia fundamenta o primado do apóstolo Pedro e com isto a instituição do papado (Mt 16.13s.)? Ou deve prevalecer outra eclesiologia, sem hierarquia e centralização de poder? Na discussão sobre essas e outras matérias sempre estará presente o argumento bíblico. *Todas as posições procuram o embasamento em passagens da Sagrada Escritura*. Mesmo a heresia disso não abre mão. Então, *que é de fato normativo na Bíblia?* Se ela é "cânon", ou seja, diretriz, norma, regra, em que sentido e como o é?

A dificuldade de dar resposta simples reside no que poderíamos chamar de **"dupla natureza" da Bíblia**²⁰ : Ela é um livro *histórico* e

19 Ampla informação sobre o assunto em José M. MARTÍNEZ. *Hermenêutica Bíblica* Barcelona, 1984.

20 Assim Gerhard GLOEGE. Zur Geschichte des Schriftverständnisses. In: *Verknüpfung und Verantwortung*. Theologische Traktate, v.2, Göttingen: Vandenhoeck, 1967, p.291.

normativo. Ela é "Bíblia" e "Sagrada Escritura". Ela é simultaneamente palavra de pessoas humanas e palavra de Deus. Se a Bíblia nada mais fosse do que uma interessante coleção de textos religiosos do passado, ela perderia a normatividade. Iria submergir na grande quantidade de outros "livros sagrados", produzidos ao longo da história. Reduzir-se-ia a apenas um exemplar, embora ilustre, dessa categoria. Se, inversamente, a Bíblia for um livro especial, em tudo desigual de outra literatura, passaria a ser um livro miraculoso, ímpar, não permitindo a aproximação com os métodos comuns. Credibilidade está em jogo. A teologia deve explicar, por que atribui qualidade "canônica" à Bíblia e o que isto significa.

A tarefa é urgente. Pois **em boa medida as divisões cristãs tem aí a sua raiz.** E claro que também outros fatores influem no fracionamento da cristandade. Mas a *"disputa em torno da Bíblia"* desempenha papel fundamental. Assim sendo, a prestação de contas sobre o uso da Bíblia é premissa de todo esforço ecumênico. O livro que nos une pode também desencadear ou engessar rupturas. Para que isto não aconteça, há que se ler a Bíblia em conjunto e estabelecer princípios hermenêuticos comuns.

Isto de acordo com os propósitos da própria Bíblia e das pessoas responsáveis pela sua composição. Antes de perguntar pelo que a Bíblia diz hoje, importa perguntar pelo que ela disse em seu tempo, pela intenção do autor, pelo sentido genuíno do texto. *A distinção entre o que Bíblia disse (!) e o que ela diz (!) é essencial.* Pura leitura histórica deixará a Bíblia muda. Pura leitura atual vai falsificar sua intenção. É preciso ler a Bíblia como livro histórico e atual. Não se trata de desenvolver uma teoria *sobre* a Bíblia e de impor-lhe determinadas normas de interpretação. **Trata-se de perguntar, muito antes, como a Bíblia, ela mesma, pretende ser lida e interpretada.** Pela mesma razão não permite ser desconsiderada a intenção que a primeira cristandade perseguia ao "canonizar" certo número de escritos. *Existe um "uso" e um "abuso" da Bíblia.* E tarefa da Igreja saber distinguir entre ambos.

Capítulo 3

As origens históricas da Bíblia

A Bíblia das primeiras comunidades cristãs era o AT. O Novo Testamento ainda não existia. Mas também o AT ainda não estava definitivamente canonizado. *Isto ocorreu somente por volta de 100 d. C.*²¹. Os primeiros cristãos possuíam uma *Sagrada Escritura, mas não um "cânon"*. O NT a ela se refere com diversos termos. Pode caracterizá-la como "a escritura" (Jo 13.18; etc.), respectivamente "as escrituras" (Mt 21.42; etc.), como "lei" (Rm 3.19; etc.), como "lei e os profetas" (Mt 7.12; etc.) ou então também como "a lei de Moisés, os profetas e os salmos" (Lc 24.44). Essa última designação é a que melhor corresponde à subdivisão posterior do cânon hebraico. Com a morte das primeiras testemunhas, porém, fazia-se necessário o registro escrito dos depoimentos originais da fé cristã²². Iria surgir, aos poucos, o Novo Testamento, em processo demorado. *Sua canonização não estaria concluída nem mesmo no ano de 367 d.C.*, quando Ataná-sio, bispo de Alexandria, em carta pascal, enumera os atuais 27 escritos neotestamentários como pertencendo definitivamente ao cânon. As discussões se estenderam por mais alguns séculos até confluir finalmente num consenso.

A Bíblia, em muitos de seus aspectos, **assemelha-se a verdadeiro arquivo**. Reúne "tradição", originalmente passada adiante via oral. Até mesmo o apóstolo Paulo lança mão de tais tradições em suas cartas, a exemplo de I Co 11.23s. ou 15.3s. Isso se aplica, em escala incomparavelmente maior, aos Evangelhos sinóticos, ao livro dos Atos, ao Pentateuco, aos Salmos, Provérbios e outros. Grande parte do

²¹ A suposição de que isso tenha acontecido por determinação do sínodo de rabinos, realizado em Jâmnia, por volta do ano 90 da nossa era, está sendo questionada ultimamente. Cf. Hans Jürgen BECKER. Art. Bibel, II. Altes Testament, 2. Sammlung und Kanonisierung. *Religion in Geschichte und Gegenwart*. 4.ed., v. 1, Tübingen: J. C. B. Mohr / Siebeck, 1998, col. 1409. O desfecho da canonização tem sido algo mais complexo.

²² Bernhard LOHSE. *A Fé Cristã Através dos Tempos*. São Leopoldo: Sinodal, 1972, p.29s.

"material" da Bíblia exhibe as características típicas de tradição oral. São formulações curtas (credos, partes litúrgicas, pronunciamentos, regras, etc.) e concretas, a exemplo de parábolas, histórias ou comparações. A formulação escrita normalmente constitui um segundo passo, destinado a evitar a perda ou a distorção da tradição e a garantir sua preservação. Na interpretação da Bíblia é importante a consideração da **tradição oral subjacente aos textos escritos**.

No mais **importa distinguir entre a redação dos escritos, sua coleção e finalmente sua canonização**. A maioria dos escritos bíblicos não foi *redigida* com o propósito de serem "canônicos". Tiveram motivações diversas, historiográficas, poéticas, litúrgicas, poimênicas, querigmáticas. Mas não foram criadas, desde já, para servir de norma de fé a toda comunidade. Em sua origem costumam estar necessidades imediatas, circunstanciais, momentâneas. E, no entanto, uma vez formulados por escrito, esses textos adquiriam importância "abrangente". Colecionava-se, por exemplo, os salmos para servir de hinário à comunidade, ou então os ditos dos profetas, os produtos da historiografia antiga, as cartas do apóstolo Paulo. Essas *coleções* eram passadas adiante para uso múltiplo. A "*canonização*" das mesmas representa o terceiro passo e a conclusão do processo, em cujo final está a Bíblia em seu todo.

Com relação ao **Antigo Testamento** há algumas observações específicas a acrescentar²³:

1-] *As principais porções do AT existiam já séculos antes da nossa era*. O processo da redação e coleção dos escritos vétero-testamentários tem sido longo, remontando, em seus primórdios, à época do reinado em Israel. O pentateuco foi seguramente o primeiro bloco a ser composto. A comunidade samaritana, ao separar-se de Jerusalém, pouco antes de 400 a. C., o conhece e o adota como livro sagrado. Jesus Siraque, por volta de 100 a. C., mostra conhecer "a lei e os profetas" como coleções fixas. O que aconteceu depois do início de nossa era foi a delimitação dos escritos que seriam canônicos ou não.

23 Com referência ao que segue, Ernst SELLIN; Georg FOHRER. *Introdução ao Antigo Testamento*, v.II, São Paulo: Paulinas, 1978, p.729s.; Rudolph SMEND. *Die Entstehung des Alten Testaments*, 2.ed., Stuttgart: Kohlhammer, 1981; Rolf RENDTORFF. *A For-mação do Antigo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 5.ed., 1998.

24 Veja o interessante artigo de Nelson KILPP. A Tora e os Judeus. *Estudos Teológicos*. Ano 33, São Leopoldo: Sinodal, 1993/1, p.9s.; IDEM. Nomes que se perderam - a questão da autoria da Bíblia. In: *Consecratio Mundi* — Festschrift em homenagem a Urbano Zilles, Reinhold A. Ulmann (org). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.173-189.

Q A composição final do cânon judaico faz parte do esforço por reorganização do judaísmo após a catástrofe do ano 70 da nossa era. Ela se deu sob a liderança da facção dos fariseus e de sua teologia que havia sobrevivido mais ou menos ileso ao desastre. Definiu o que doravante seria ortodoxia judaica. A canonização de escritos sagrados foi uma das importantes medidas. Processou-se como *verdadeira seleção*. Foram excluídos do cânon hebraico os assim chamados *apócrifos*, livros constantes da tradução grega do AT, a Septuaginta. Ela foi rejeitada na íntegra sendo um dos motivos seu uso nas comunidades cristãs. Da mesma forma foram descartados os pseudépígrafos. Trata-se de livros atribuídos, sob pseudônimo, a antigas autoridades do povo de Israel. Gozavam de apreço em certos grupos judaicos, bem como em comunidades cristãs. São exemplos dos mesmos o IV Livro de Esdras, o Apocalipse de Enoque, de Baruque, a Carta de Aristeas, o Testamento dos Doze Patriarcas e outros. Muitos têm caráter apocalíptico. Não passaram a integrar o cânon hebraico. O historiador judaico Josefo, por volta do ano 95 d.C., é a primeira testemunha da composição da Bíblia hebraica em sua atual delimitação.

Também no que diz respeito à canonização do **Novo Testamento** há que se fazer algumas anotações de particular interesse²⁵:

1-1 *As primeiras comunidades cristãs não sentiam a necessidade de uma Sagrada Escritura ao lado do AT. Eram orientadas pelas autoridades apostólicas e tinham em Jesus de Nazaré, suas palavras, seus gestos e sua sorte o critério da fé. Viviam na esperança de a consumação dos séculos estar iminente. Parâmetros de autenticidade evangélica se faziam necessários somente à medida que os apóstolos iam falecendo ou iam sendo martirizados e que as comunidades se expandiam para além da Palestina, da Síria e da Ásia Menor. A história avançava, afastando as comunidades daqueles eventos que lhes haviam dado origem. Desenvolvem-se, então, os credos como regra da fé, surgem as primeiras coletâneas, orais ou escritas, de palavras e feitos de Jesus, ou mesmo de cartas do apóstolo Paulo. Surgem, enfim, ministérios, principalmente o dos presbíteros e o dos bispos, encarregados de manter a tradição apostólica.*

25 Cf. Oscar CULLMANN. *A Formação do Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 7. ed., 2001; Hans von CAMPENHAUSEN. Die Entstehung des Neuen Testaments. In: *Das Neue Testament als Kanon*. Ernst Kasemann (Hg.). Göttingen: Vandenhoeck, 1970, p. 109-123, Werner Georg KÜMMEL. *Introdução*, op. cit. Cabe um destaque aos estudos reunidos em Sandro GALLAZZI et alii. A canonização dos escritos apostólicos. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. v. 42/43, Petrópolis: Vozes, 2002.

Q Aliás, é este o critério por excelência, a saber, a fidelidade ao *teyte-munho apostólico*. A Igreja será cristã somente enquanto construída "sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas", sendo Jesus Cristo a pedra angular do edifício (Ef2.20)²⁶. *Apostólico é, por excelência, sinónimo de evangélico*²⁷. Grande discussão se tem travado sobre a natureza apostólica de alguns escritos, a exemplo de 2 Pedro ou do Apocalipse. Mas antes de resolvidos estes casos conflituos, a Escritura estava pronta, em suas principais porções. Em fins do II século d. C., por volta de 180 d. C., Melito de Sardes fala nos escritos do Antigo Testamento. Por analogia deve ter havido também escritos do Novo Testamento. E o Fragmento Muratoriano, original da mesma época, vai listar pela primeira vez, ainda que não em termos definitivos, os livros a serem considerados normativos na Igreja cristã. Tudo isso mostra que já existe nessa época um Novo Testamento. O que falta é a exata delimitação do mesmo.

1-1 *A formação de tal cânon seria acelerada por investidas não propriamente bem-vindas na Igreja.* O primeiro a compor um cânon é Marcião, gnóstico, considerado herege, por volta de 140 d. C. Rejeitou o AT. Acolheu um só evangelho, o de Lucas, mais dez cartas do apóstolo Paulo. Ficaram excluídas as cartas pastorais. Marcião submeteu todos esses escritos, em número já reduzido, a uma radical revisão. Fez passá-los por um estreito filtro dogmático, expurgando todas as passagens supostamente "judaizantes". A Igreja não podia concordar com tal "cânon" nem admitir que fosse definido por teólogos como Marcião o que seria norma apostólica. A "ideia" de um cânon se impunha. A tradição apostólica precisaria ser preservada. A investida de Marcião de forma alguma tem sido inovadora. Mostrava, porém, que a criação de um cânon já não permitia ser protelada²⁸.

O Muito à semelhança do que aconteceu na canonização do AT, também a dos escritos neotestamentários tem sido um *processo de verdadeira seleção*. Ficaram excluídos livros muito antigos, a exemplo das duas Cartas de Clemente ou da "Didaquê", isto é, "A Doutrina dos Doze Apóstolos", redigida na última década do primeiro século. Mas a maioria desses escritos tem origem comprovadamente

26 Veja Philip J. HEFNER. Locus 9: A Igreja. In: Cari E. Braaten; Robert W. Jenson (eds.). *Dogmática Cristã*, v.2. São Leopoldo: Sinodal, 1995, p.227s.

27 Não só o "imprimatur apostólico", ou seja, a legitimação por um dos apóstolos, também outros critérios influíram na aprovação canônica dos livros do NT, a exemplo do consenso dos fiéis, a aprovação prática nas comunidades, e outros. Mesmo assim o da apostolicidade teve a predominância. Cf. Charles F. D. MOULE. *As origens do Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1979, p.214s.

28 Veja Ediberto LÓPEZ. Marcião e o surgimento do cânon. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v. 42/43, 2002, p.37-59.

posterior. Trata-se de evangelhos, atos de apóstolos, cartas, apocalipses e outros. É grande o número de *livros apócrifos do Novo Testamento*. Mencionamos apenas o Evangelho de Tomé, o de Felipe, o Evangelho dos Egípcios, os Atos de Paulo e Tecla, o Apocalipse de Pedro, a Carta aos Laodicenses, entre outros²⁹. De um modo geral, deve-se constatar que estes documentos apócrifos, em qualidade histórica e teológica, ficam muito aquém dos escritos canônicos do Novo Testamento. É verdade que também eles podem ter preservado valiosa tradição. Mas será a exceção, devendo a pesquisa comprová-lo de caso em caso.

Não houve resolução conciliar que tivesse oficializado o cânon. Também a referida carta de Atanásio, de 367 d. C., não significou nenhum ato decisório oficial na matéria. Atanásio simplesmente constata o que estava em vias de se tomar canônico na Igreja. Certos livros, a exemplo de 3 João ou Apocalipse, continuavam controversos em algumas regiões da Igreja. Mesmo assim, paulatinamente foi se cristalizando o consenso. Agostinho acolheu o cânon de Atanásio, e, em 393 d. C., um sínodo regional africano, portanto, sem competência "universal", realizado em Hipona, aderiu à proposta. É significativo que o Concílio de Constantinopla, em 692 d. C., tentando dizer uma palavra final sobre o assunto, desistisse de apresentar uma relação dos livros canônicos. Contentou-se em remeter aos "pais" da Igreja e a listas já conhecidas³⁰.

Assim sendo, o cânon não é fruto de resolução conciliar nem da decisão de outra instância representativa da cristandade. **Adquiriu qualidade canônica por força inerente**³¹. Embora promovesse a canonização do Novo Testamento, *não foi a Igreja que o "produziu"*. Na verdade, a Igreja cristã "recebeu" a Bíblia, assim como recebeu o evangelho. Isto é particularmente verdade no que concerne ao

29 Compilação de tais livros em Maria Helena de Oliveira TRICCA (ed.). *Apócrifos - os livros proscritos da Bíblia*, v. 1-4, São Paulo: Mercury, 1989-2001; Jacir de Freitas FARIA. *Evangelhos Apócrifos - preciosidades que não entram no cânon*. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v.42/43, Petrópolis: Vozes, 2002, p.191-210.

30 Lukas VISCHER. Art. "Kanon". II. Kirchengeschichtlich. In: *Die Religion in Geschichte und Gegenwart*. 3.ed., v.3, Tübingen: J. C. B.Mohr, 1959, col. 1119s.

31 Cf. Wilfried JOEST. La cuestión dei cânon en la actual teologia dogmática. In: Franz Mussner et alii. *La interpretación de la Biblia*. Barcelona: Herder, 1970, p. 146 et passim.

AT. Mas não deixa de valer também para o NT. Diz Oscar Cullmann³² que a Igreja, ao estabelecer uma norma, renunciou a ser norma por si própria. Ela antes reconheceu nestes livros o que lhe deveria ser critério orientador³³. Assim sendo, pode-se dizer que o Novo Testamento nasceu *na* Igreja, *não por* ela. Logo, ela não é dona da Escritura. Pelo contrário, está a ela sujeita, tendo aí a bússola para a sua fé e ação.

32 Oscar CULLMANN. Die Tradition und die Festigung des Kanons durch die Kirche des 2. Jahrhunderts. In: Ernst KÄSEMANN (Hg). *Das Neue Testament als Kanon*. Göttingen: Vandenhoeck, 1970, p.103; diferente Josef SCHREINER; Gerhard DAUTZENBERG. *Forma e exigências do Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1977, p.522, que entendem ser o Novo Testamento "obra da (sic!) Igreja" (p.536). É esta a posição da Igreja Católica Romana que atribui à Igreja papel bem mais decisivo na formação do cânon. Cf. Werner Georg KÜMMEL. Notwendigkeit und Grenze des neutestamentlichen Kanons. In: Ernst KÄSEMANN (Hg). *Das Neue Testament als Kanon*. Göttingen: Vandenhoeck, 1970, p.77s.

33 A Igreja não é anterior à Bíblia, pois "It was the *message of the Bible, the gospel*, which produced both the church and the Bible". Assim Donald G. MILLER. *The authority of the Bible*. Grand Rapids, 1972, p.31.

Capítulo 4

A natureza da Bíblia e a peculiaridade de seu conteúdo

Mas o que de fato alcançou qualidade canônica na Igreja? Já uma rápida olhada mostra **a multiformidade literária da Bíblia.**

Ela se compõe de narrativas, leis, cânticos, cartas, credos, confissões, parábolas, evangelhos e outros gêneros. Seu conteúdo não se resume em "doutrina" nem somente em "história". Documenta, isto sim, a experiência de um povo com Deus. Fala do encontro de pessoas com Jesus de Nazaré. É a **memória** de uma história de fé. *Por isto mesmo, a melhor categoria formal para caracterizar o conteúdo da Bíblia é a do testemunho.* Na Bíblia temos o depoimento de gente que viu, ouviu ou percebeu Deus em sua vida (cf. I Jo 1.1). Falam testemunhas, aliás, não em qualidade somente privada ou subjetiva. Elas falam de uma realidade que descobriram e que se reveste de profundo significado para toda a humanidade. A Bíblia não é apenas testemunho. E *também proclamação, querigma*³⁴. Manifesta não "opiniões". Reivindica afirmar verdade.

Essa verdade tem a revelação de Deus por conteúdo. Deus se revelou a Israel, revelou-se através de Jesus Cristo, revelou-se como Espírito renovador. Em outros termos, o testemunho da Bíblia tem eventos, acontecimentos, uma história por objeto. É a epifania de Deus, respectivamente sua encarnação em Jesus de Nazaré. *Escrevem pessoas muito humanas sobre como Deus revela a sua vontade, o seu juízo, a sua graça.* Juntamente com isto dão testemunho do pecado e da miséria, bem como, a despeito disso, da dignidade humana. A Bíblia é a documentação de lei e evangelho, é o estatuto do direito divino, é a descrição da história da salvação, desde a criação até a vinda do Reino de Deus em glória e poder. Origem, vocação e futuro da

³⁴ Günter BORNKAMM. *Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1975, p.13-25.

humanidade, inscritos no agir gracioso de Deus, são esses os grandes temas da Bíblia.

O cânon é um mosaico em cuja composição colaborou verdadeira "nuvem de testemunhas" (Hb 12.1), inclusive muitas mulheres (Jz 5. 1 s.;etc.). **A Bíblia é um livro plural.** Isto vale não só para o AT, que compila obras de diversos séculos, vale também para o Novo Testamento. *A Igreja canonizou a pluralidade de vozes que está em suas origens*³⁵. Já a estas alturas, portanto, pode-se concluir: *A unidade da Bíblia não está na uniformidade de seus autores.* O testemunho não é unísono, o que não tem incomodado a Igreja das origens. Muito pelo contrário, ela rejeitou o "Diatéssaron" de Taciano que fundira os quatro evangelhos num só. Preferiu o lado a lado, às vezes tenso, de Mateus, Marcos, Lucas e João³⁶. Não viu problemas em ter os profetas do Antigo Testamento no mesmo livro canônico como as cartas do apóstolo Paulo. A Bíblia espelha nitidamente a teologia de seus autores, o mundo específico em que viviam, sua herança cultural. Em que reside, então, a normatividade deste livro?

Para a cristandade, a normatividade do AT depende essencialmente do NT. Assim sendo, a resposta a esta pergunta deve provir deste, não daquele. **Trata-se de definir "normatividade cristã". E**

esta se baseia, como afirmado acima, no *critério da apostolicidade*. Igreja cristã é Igreja apostólica, alicerçada no fundamento das primeiras testemunhas, diretamente chamadas e enviadas por Jesus Cristo. *O Novo Testamento pretende ser cânon apostólico*, assim como também o credo e os ministérios o pretendem ser³⁷. "Apostolicidade" é sinônimo de originalidade e autenticidade, critério de distinção entre reta doutrina e falsa.

De imediato, porém, cabe perguntar: Teremos aí trilha viável? *Não será esse critério por demais dúbio, problemático, inseguro?* Pelo que sabemos, nenhum dos evangelhos foi redigido por um apóstolo. E o apóstolo Paulo, de cuja autoria temos uma série de importantíssimas cartas, não acompanhou a trajetória do Jesus terrestre. Além disto, jamais houve um só testemunho apostólico. Os apóstolos eram muitos, variando por isto também o seu testemunho. Nunca é

35 Veja nosso estudo Gottfried BRAKEMEIER. O cânon do Novo Testamento - paradigma da unidade da Igreja? *Estudos Teológicos*. Ano 37, São Leopoldo: Sinodal, 1997/3, p.205-222.

36 "Por volta do ano de 185, Irineu proclama que é tão inevitável que haja quatro Evangelhos quanto que haja quatro ventos e quatro cantos da terra." Charles F.D. MOULE. *As origens do Novo Testamento*, op.cit., p.223.

37 Com relação à importância e, simultaneamente, problemática deste critério, veja, além da literatura já indicada, Wemer Georg KUMMEL. *Notwendigkeit und Grenze des neutestamentlichen Kanons*. op.cit., p.62-98.

idêntico o depoimento de diversas testemunhas sobre o mesmo episódio. E não brigaram em determinada oportunidade até mesmo Paulo e Pedro? (Gl 2.1 Is.) Em síntese: **O apostólico necessita de explicação**³⁸. Em que consiste? O termo, por si só, não é inequívoco.

É claro que as perguntas críticas não desabonam os apóstolos nem eliminam seu testemunho como critério. Não há sombra de dúvida: O NT contém tradição apostólica, mesmo que em sua apresentação final não seja obra escrita de seus próprios punhos. O NT **tem uma vantagem histórica por sobre todas as demais expressões da fé cristã**: Destaca-se por proximidade singular às origens. Ele é, no dizer de M. Kähler, o documento da pregação que fundou as primeiras comunidades. **O mesmo vale em termos qualitativos**. Basta comparar os escritos neotestamentários com os referidos apócrifos. *ONT, também no que diz respeito a seu conteúdo, se destaca*. Aqui se oferece alimento sólido, substancial, fundamental. E bem verdade que há exceções. A "Didaquê"³⁹, por exemplo, não é necessariamente inferior em qualidade a alguns dos livros canônicos. O critério da superioridade qualitativa não é absoluto. E, no entanto, em termos gerais não há como contestá-lo.

Resulta daí que **o cânon do NT está praticamente fechado, enquanto continua teoricamente aberto**. Suponhamos que seja descoberto um manuscrito dos primeiros tempos, a exemplo de uma carta comprovadamente autêntica do apóstolo Paulo ou um evangelho escrito por um dos doze apóstolos, não haveria como não acrescentá-lo aos atuais 27 escritos do NT. *Eis porque a delimitação do NT, em princípio, não é definitiva, e, sim, aberta*. A descoberta de tal documento original, contudo, é pouco provável. De resto recomenda-se insistentemente não reabrir o debate sobre a atual composição do NT para eventualmente afastar um dos seus livros ou acrescentar-lhe um outro. Pois seria difícil, senão impossível, conseguir um consenso na cristandade a esse respeito. Deixemos o cânon assim como está. Também livros que à primeira vista parecem problemáticos, a exemplo do Apocalipse de João, podem desenvolver inesperada relevância em situações específicas. Não somos donos do Espírito Santo. *O NT está de fato fechado*.

38 A palavra descreve o que para a cristandade é absolutamente fundamental. Mas as concepções a respeito disto variam. Cf. Jürgen ROLOFF. *Apostolisch glauben: Die Heilige Schrift*. In: *Apostolizität und Ökumene*. Hannover: Luth. Verlagshaus, 1987, p.9-29;

André BENOIT. *Die Überlieferung des Evangeliums in den ersten Jahrhunderten*. In:

Vilmos Vajta (Hg.). *Evangelium als Geschichte*. Göttingen: Vandenhoeck, 1974, p. 171 s.

39 Urbano ZILLES (ed.). *Didaquê - ou doutrina dos apóstolos*. Petrópolis: Vozes, 1970.

O exposto mostrou que **a autoridade do NT não decorre de fenômenos excepcionais, supostamente característicos de sua origem.** Não há nada formal, não há fatores externos que garantam à Bíblia natureza sagrada e por isto normativa. Ela não é um livro que "caiu do céu". O "livro dos livros" teve gênese muito "humana", às vezes até mesmo acidental. Nem mesmo o critério da apostolicidade parece ter sido usado com o devido rigor. Ainda assim, a Bíblia não resultou de mero acaso nem é miscelânea aleatória de escritos religiosos. É de fato "Sagrada Escritura", tendo comprovado renovadamente essa sua natureza na prática comunitária. Exerceu função de livro canônico. A fé vai enxergar nisto a ação do Espírito Santo. Não é dos profetas ou dos apóstolos que depende a autoridade da Escritura, e, sim, do evangelho de que os apóstolos e os profetas são portadores. Como cristãos confessamos que por trás das testemunhas está Jesus Cristo, que "autoriza" o cânon, no que consiste absoluta concordância entre as Igrejas oriundas da Reforma do século XVI. **Portanto, é o conteúdo que constitui o cânon, é a causa que ele promove, é o assunto de que trata, é a história que deu origem à Igreja cristã.** O evangelho garante a autenticidade apostólica, não vice-versa. Eis a tese que devemos desdobrar e explicar a seguir.

Capítulo 5

O aparente déficit normativo da Bíblia e suas soluções

Em sua qualidade de testemunho, **a Bíblia parece pouco apropriada para servir de cânon**. Composta de uma seleção de livros, provenientes de diversas épocas e lugares, ela não apresenta uma "doutrina" uniforme. Referindo-se a uma história de fé, falta-lhe coesão dogmática. As vozes que nela se manifestam às vezes até mesmo destoam. Já o dissemos:

A Bíblia é um livro plural⁴⁰. Em que consiste sua unidade? Será ela realmente suficiente para nortear a vida cristã? A resposta, por demais vezes, é negada. *Sustenta-se ser necessária uma instância além da Bíblia para interpretá-la ou complementá-la em sua função orientadora*. São várias as formas em que isso acontece.

1-1 *A primeira é a católico-romana*. Atribui ao *magistério da Igreja*⁴¹, concentrado na instituição do papado, a função de definir a verdade cristã. A rigor cabe aos bispos, sucessores dos apóstolos, essa função. Mas o colégio episcopal é encabeçado pelo papa. Nenhum bispo está autorizado a discordar do supremo pontífice romano. Cabe a este, com a assistência do Espírito Santo, o privilégio da definição do dogma e, conseqüentemente, a interpretação bíblica em última instância. A Bíblia continua sendo considerada a parte mais preciosa da tradição. E, no entanto, a Igreja, mediante seu ministério, se coloca de fato acima do cânon. Fica descartado o "sola scriptura".

40 E o que responde pela assim chamada "crise do cânon" na atualidade. Assim Hermann STRAHTMANN. Die Krise des Kanons in der Kirche. In: *Das Neue Testament als Kanon*. Ernst Käsemann (Hg). Göttingen: Vandenhoeck, 1970, p.41-61.

41 Decreta o Concílio de Trento (1545-1563) que compete à mãe Igreja constatar o verdadeiro sentido da Sagrada Escritura. A ninguém se permite interpretá-la de modo contrário à aceção da Igreja e dos santos padres. Cf. Gerhard GLOEGE. Zur Geschichte des Schriftverständnisses. op.cit., p.284.

1-1 *Outra é a entusiasta.* Afirma que, para entender a Bíblia, se faz necessário receber antes o Espírito Santo. Somente a pessoa espiritual poderia interpretar corretamente a Bíblia. O problema dessa concepção consiste em fazer depender a interpretação bíblica de uma revelação anterior à leitura. O Espírito, assim se apregoa, comunica-se independentemente da palavra⁴². Ele se instala no coração das pessoas "diretamente de cima", habilitando-as dessa maneira a compreender a Sagrada Escritura. Não é a Bíblia que abre os olhos e a mente das pessoas, e, sim, é a pessoa espiritual que abre os segredos da Bíblia. Assim sendo, também neste caso se corrompe o "sola scriptura". *A autoridade da Bíblia fica condicionada à autoridade da pessoa iluminada pelo Espírito.*

D Também a *Igreja protestante* não está imune contra a tentação de estabelecer uma instância normativa ao lado ou acima da Escritura. Isto acontece, quando os escritos confessionais, a exemplo da Confissão de Augsburgo ou a teologia do próprio Lutero, são tratados como sendo infalíveis, convertendo-se em parâmetro hermenêutico absoluto. Confessionalidade, então, se transforma em "confessionalismo". E bem verdade que não é esta a "pura doutrina", nem luterana nem reformada. Pois oficialmente os escritos confessionais são qualificados como normas sujeitas à Bíblia. *Esta é a "norma normans", enquanto a confissão é a "norma normata".* Portanto, também a confissão possui normatividade. No entanto, é *normatividade derivada^nao normatividade original^*. Esta cabe somente à Bíblia. E como no caso do sol e da lua. A confissão se assemelha a esta última, recebendo toda luz da Sagrada Escritura. Nem sempre, porém, a prática e o discurso coincidem.

Q Existem *mais outras formas* de domesticar a Bíblia e de aplicar rédeas à sua pluralidade. Na verdade, isto acontece sempre que uma instância alheia, externa, predeterminada esta-

42 Reside nisto a profunda diferença entre Lutero e os entusiastas de seu tempo. Para o Reformador existe um vínculo indissolúvel entre o Espírito e a palavra. Cf. Kurt Dietrich SCHMIDT. A doutrina de Lutero acerca do Espírito Santo. In: *A Presença de Deus na História*. São Leopoldo: Sinodal, 1982, p.77-95; Hermann BRANDT. *O Espírito Santo*. São Leopoldo: Sinodal, 1977, p.25s.

43 Bernhard LOHSE. op.cit, p. 196; Cari E. BRAATEN. Locus I: Prolegômenos à Dogmática Cristã. In: Cari E. Braaten; Robert W. Jenson (eds.) *Dogmática Cristã*, v. 1, São Leopoldo: Sinodal, 1990, p.74s.; Inge LÖNNING Die Heilige Schrift. In: Vilmos Vajta (Hg). *Die Evangelisch-Lutherische Kirche - Vergangenheit und Gegenwart*. Stuttgart: Ev. Verlagswerk, 1977, p. 110; Dorothea WENDEBOURG; Reinhard BRANDT. *Traditionsaufbruch*. Hannover: Luth. Verlagshaus, 2001, p.33.

belece os padrões da normatividade. A Bíblia, nessas condições, torna-se vinculante somente "na medida em que" endossa certos projetos, sejam eles de ordem política, racial, económica e mesmo religiosa. Ela deve sancionar, mas está proibida de criticar. Sofre abuso para justificar "reinos humanos" em prejuízo do "Reino de Deus". Instalam-se outros "magistérios" ao lado da Escritura, que a amordaçam e lhe censuram o conteúdo. O suposto déficit normativo da Bíblia está sendo compensado por preceitos e preconceitos "dogmáticos" que se lhe impõe.

Seja admitido que a variedade do testemunho bíblico pode irritar. Dizia E. Käsemann, que o cânon do Novo Testamento *como tal* (!) fundamenta antes a multiplicidade das confissões do que a unidade da Igreja⁴⁴. O "sola scriptura" implica riscos. Todavia, o primado da Escritura é a única barreira eficaz contra os desvios da Igreja e o arbítrio dos intérpretes. Como autoridade suprema, a Bíblia sempre de novo levantará sua voz em protesto contra a manipulação. Onde se permite à Bíblia o livre discurso, ela vai desenvolver força normativa e reformadora. A exclusividade canónica da Sagrada Escritura exige prestação de contas das respectivas exegeses. Igreja luterana arrisca a tese da **suficiência normativa** da Bíblia. Ela terá que comprová-la na prática. Mas descobriu nela poderosa arma contra a usurpação de autoridade divina na história e, por isto, o indispensável instrumento de fidelidade ao evangelho.

Resta dizer que **a sensação da insuficiência normativa poderá decorrer não só da pluralidade, como também da percepção dos condicionamentos contextuais do testemunho bíblico.** O mundo da democracia, da tecnologia, da racionalidade moderna são fenómenos estranhos do antigo povo de Israel e da primeira cristandade. Por isto mesmo, a Bíblia não contém resposta direta a uma série de interrogantes da atualidade. Ela foi escrita em sociedade imperial, patriarcal, escravagista, sendo nítidos os reflexos deste mundo nos textos. Basta lembrar Rm 13.1-7 com respeito às autoridades políticas, Ef 5.22-33 referente à submissão da mulher e ITm 6.1 com relação aos deveres dos escravos. Quem busca diretrizes concretas para esses e semelhantes assuntos acaba decepcionado. O que resulta disso? Deverá ser questionada a "canonicidade" da Bíblia por essa razão, exigindo-se que sejam introduzidos critérios adicionais ou até

44 Ernst KÄSEMANN. Begrundet der neutestamentliche Kanon die Einheit der Kirche? In: Ernst Käsemann (Hg.). *Das Neue Testament als Kanon*. Göttingen- Vandenhoeck 1970, p.124-133.

mesmo alternativos para definir normatividade hoje?⁴⁵ Ora, novamente tudo depende da conceituação do que seja "normativo". Será a letra da Bíblia? Será o patrimônio cultural? Quem estabelece os parâmetros de validade "canônica" hoje? Nós voltaremos à matéria.

No contexto dessa discussão, a definição da relação que há entre **Escritura e Tradição** tem desempenhado função crucial. A autoridade última estaria com esta ou com aquela? Importa tecer algumas reflexões sobre esse assunto polêmico⁴⁶:

1-1 *A Igreja vive de memória, de história lembrada, de tradição.* Já no Novo Testamento, especialmente nas cartas pastorais, é dada ênfase na "paradosis", respectivamente na "paratheke", isto é, no "legado" apostólico. Diz o apóstolo Paulo que passou adiante às comunidades o que ele próprio recebeu (cf. I Co 15.3). Sem memória, a Igreja se extingue. *Conseqüentemente, "tradição" é termo positivo.* E bem verdade que Igreja vive não somente de tradição. Vive não menos da ação atual do Espírito Santo. Mas este Espírito não deixa de lembrar de tudo o que Jesus disse (cf. Jo 14.26). Igreja, enquanto cristã, pois, vive de tradição que se formou ao longo da história e que se condensa em credos, confissões, teologia, costumes, ritos, etc. Então, em que consiste o problema?

1-1 *Na primeira cristandade se desconhecia qualquer conflito nesse tocante.* Ainda não havia cânon neotestamentário. As comunidades se orientavam na tradição oral, proveniente dos apóstolos e das primeiras testemunhas. O que veio mudar a situação foi a canonização de uma parte da tradição e a constituição do "Novo Testamento". *Agora existia uma tradição normativa ao lado de outra "não-canônica".* Também o NT

45 Na história da interpretação da Bíblia são frequentes as tendências nessa direção. Elas existem também hoje. Como exemplo, citamos o estudo de Karen L. KING. Canonização e marginalização: Maria de Mágdala. In: *Concilium*, n.276, Petrópolis: Vozes, 1998/3, p.38-47. A autora entende ter sido "canonizada" a marginalização da mulher no Novo Testamento. Ora, é claro que o cânon do NT transmite determinada imagem da mulher. Mas será verdade que esta tem qualidade canônica? Perguntamos: Terá sido "canonizada" também a monarquia como regime político pela Bíblia? Importa definir o termo "canônico" em termos evangélicos.

46 Johannes FEINER; Lucas VISCHER. *O Novo Livro da Fé. A fé cristã comum.* Petrópolis: Vozes, 1976, p.69-76; Jochen EB ER. Sagrada Escritura e Tradição. In: *Vox Scripturae*, v.5, n.2, 1995, p. 179-188; Kurt Dietrich SCHMIDT. O conceito católico de tradição. In: *A Presença de Deus na História*, op.cit., p.54-62; Hans KUNG. *Teologia a Caminho.* Fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999, p.71s; Gerhard EBELING, Gerhard. "Sola Scriptura" und das Problem der Tradition. In: *Das Neue Testament als Kanon.* E. Käsemann (ed.). Göttingen: Vandenhoeck, 1970, p.282-335.

evidentemente contém tradição, sim, ele é (!) tradição. Mas, como cânon, ele se distingue de outras tradições. E superior a estas.

1-1 Durante muito tempo isto não era sentido como problema. *O conflito surge de fato apenas na época da Reforma*, quando a Escritura é jogada criticamente contra a Igreja e contra as tradições das quais se alimentava. Desde então se confrontam a Escritura e a tradição eclesiástica, chamada oral. Consiste essa última no imenso cabedal de decisões conciliares, de ritos e concepções teológicas, de determinações clericais e de costumes populares. Abrangem, por exemplo o culto aos santos, as indulgências, o celibato dos "religiosos", o número dos sacramentos, a jurisdição universal do bispo de Roma. Teriam essas "tradições" a mesma autoridade, respectivamente, o mesmo peso como o texto bíblico? *O "sola scriptura" dos reformadores problemática a tradição cristã posterior e paralela à Bíblia*. Eles teriam razão ao exigir que a Igreja deve sujeitar-se à Escritura como norma única de seu discurso e de sua prática?

D O Concílio de Trento respondeu que não. *Colocou empe de igualdade a Escritura e a Tradição oral confiada à Igreja*. Conforme o Concílio, ambas gozam de igual autoridade⁴⁷. E claro que isto redundava na superioridade do magistério eclesiástico por sobre a Escritura. Pois permite que a tradição seja usada como critério interpretativo desta, sendo o magistério a instância decisória. Somente assim foi possível legitimar os dogmas da imaculada concepção e o da assunção de Maria. Muito embora o Concílio Vaticano II tenha enfatizado que o magistério e seus enunciados não podem emancipar-se da base bíblica, não conseguiu definir com clareza essa tão controvertida questão. Permanecem divergências nesse tocante entre luteranos e católicos até hoje.

⁴⁷ Conforme Hans KUNG. *Teologia a caminho*, op.cit., p.69, também o Concílio Vaticano II não conseguiu dar solução insofismável ao problema, ficando preso à "teoria das duas fontes" (= escritura e tradição). Boa exposição da problemática e proposta digna de criteriosa avaliação ibd. Ademais cf. Hubert KIRCHNER. *Wort Gottes, Schrift und Tradition*. Okumenische Studienhefte 9, Göttingen: Vandenhoeck, 1998; Walter KIRCHSCHLAGER. *Scripture and Inspiration*. In: Clemens Thoma: Michael Wyschogrod (ed.). *Understanding Scripture*. Mahwah, N.J.: Paulist Press, 1987, p.36s.

Também as *Igrejas da Reforma* sabem a respeito da necessidade e da importância da tradição para a fé⁴⁸. Mas elas se vêem impedidas de atribuir às tradições posteriores uma normatividade superior à da Sagrada Escritura. **A tradição bíblica tem função "canônica" para todas as demais tradições**, podendo desenvolver força crítica frente à Igreja que as cultiva. Não há como nivelar as tradições. Não possuem todas o mesmo grau de validade mesmo que sejam oficialmente "dogmatizadas". Seja antecipado que o mesmo vale para as próprias tradições incorporadas na Bíblia. *Teologia evangélica diferencia entre as tradições e a tradição*, sendo que esta última é o próprio Jesus Cristo⁴⁹. Apesar da prerrogativa da Bíblia é ele, Jesus Cristo, o critério último da verdade. Seguirá explicação mais abaixo.

48 "A Escritura não nega a tradição", ou seja, não se trata de "elementos em competição". Importa, isto sim, correlacionar corretamente a tradição bíblica, fundamental com a tradição viva na Igreja. Assim Gustaf AULEN. *A fé cristã*. São Paulo: ASTE, 1965, p.50.

49 Ellen FLESSEMANN-VAN LEER. Art. Tradition I, evang. Sicht. In: *Ökumene Lexikon*. H. Krueger, W. Löser, W. Müller-Römhald (Hg.). Frankfurt am Main: O. Lembeck/J. Knecht, 1983, col. 1171-1173.